

# Libertação e Bem-Viver

*Euclides André Mance\**

## Síntese do argumento

A expressão bem-viver como categoria filosófica surgiu em 1998 num artigo que publiquei com o título *A Revolução das Redes*, síntese de um livro publicado no ano seguinte com o mesmo título. O bem-viver é um dos conceitos fundantes da estratégia de organização de redes colaborativas de economia solidária que formulei com vistas à construção de sociedades pós-capitalistas.

Com a tradução dessa expressão a diferentes idiomas, difundiu-se o termo *buen-vivir* na América Latina, que veio ganhando grande difusão entre os movimentos sociais e políticos latino-americanos, inicialmente a partir do debate sobre os conceitos de economia solidária e de redes colaborativas solidárias; posteriormente, a partir das mobilizações populares relacionadas às constituintes boliviana e equatoriana, sendo então associada ao conceito *quichua* de *Sumak Kawsay*. Em 2010, o bem-viver foi considerado como elemento constitutivo de uma nova agenda internacional pela organização do Fórum Social Mundial de Porto Alegre.

A expressão bem-viver, que concebi no seio da filosofia da libertação, qualifica um determinado modo de exercerem-se as liberdades públicas e privadas. Em síntese, compreende-se que a realização das

---

\* Mestre em Antropologia (UFPR). Presidente do Instituto Filosofia da Libertação (IFIL), assessor de movimentos populares.

liberdades públicas e privadas exige condições materiais, políticas, educativas, informativas e éticas sem as quais essas liberdades não podem se realizar ou se expandir. E que o sentido da realização dessas liberdades é assegurar sustentavelmente, de maneira ecológica e solidária, o bem-viver de todos.

## **As quatro condições da liberdade**

Podemos sistematizar as condições requeridas ao exercício da liberdade em quatro grupos: materiais, de poder, educativo-informativas, éticas.

As condições materiais da liberdade são servidas pelos ecossistemas e pelo trabalho humano. No seio das culturas humanas, o exercício das liberdades exige inúmeras mediações naturais e tecnológicas sem as quais a liberdade não pode ser exercida. Sem oxigênio, água, calor e alimentos, por exemplo, a liberdade humana se extingue. Sem alimento não se pode realizar a liberdade de comer e de viver. Sem escolas, livros ou outros recursos materiais educativos, a liberdade de estudar fica prejudicada. É preciso, portanto, assegurar o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas e a universalização do acesso aos bens e serviços como condições de garantia dos meios materiais, naturais e culturais, requeridos ao exercício das liberdades públicas e privadas.

As condições políticas do exercício da liberdade referem-se ao direito de cada pessoa exercer seu poder pessoal de decisão e de realização tanto na esfera de sua vida privada, nas micropolíticas do cotidiano, quanto na esfera da vida pública, nas macropolíticas relacionadas aos aparatos de Estado e da Sociedade Civil. A autonomia e a democracia, com o asseguramento de direitos que protejam o exercício de ambas as liberdades, são requeridas para que estas liberdades possam realizar-se. Sem o exercício democrático do poder na esfera pública e sem o respeito à autonomia eticamente exercida na esfera privada, a realização das liberdades fica prejudicada.

As condições educativas e informativas são igualmente requeridas ao exercício das liberdades humanas. Sem as informações relevantes para nossas escolhas, as decisões ficam prejudicadas. E sem a educação que possibilita interpretar, de múltiplas formas, as informações em

particular e o mundo como um todo, igualmente nossa liberdade fica diminuída. Quanto maior o acesso à diversidade de culturas, visões de mundo e modos de realizarem-se as liberdades, tanto mais amplos são os horizontes abertos para a realização das liberdades de cada pessoa e de todos os povos.

Por fim, a condição ética do exercício das liberdades resume-se a um princípio básico: a liberdade é eticamente exercida, tanto na esfera privada quanto pública, quando promove igualmente a liberdade dos demais. Se promove a liberdade dos outros, ela é exercida com vistas a assegurar a cada pessoa e a todas as sociedades, nas melhores condições possíveis, os meios materiais, políticos, educativos e informativos requeridos ao ético exercício de suas liberdades. Sem esse componente ético, as liberdades privadas tendem a aniquilar as liberdades públicas, e as liberdades públicas tendem a aniquilar as liberdades privadas. Assim, as liberdades públicas e privadas somente podem se expandir quando exercidas de maneira eticamente solidária, pois a solidária expansão de uma requer o solidário asseguramento da outra.

Mas ser livres para quê? Para que desenvolver e aperfeiçoar os meios materiais, políticos, educativos e informativos que possibilitam expandir as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas? Segundo nossa posição filosófica, o sentido de realização da liberdade humana é o bem-viver. Como veremos mais adiante, não se trata da boa-vida do homem livre, formulada por Aristóteles, que supunha a necessária manutenção do trabalho escravo como sua condição material de sustentação. Nem a moderna noção de bem-estar mediada pelo Estado, que supõe a subalternidade do trabalho em relação ao capital, como fonte de valor econômico para a cobertura das políticas públicas. Nem a noção de bem-estar capitalista relacionada à posse e ao consumo de mercadorias.

### **A trajetória do conceito de *Bem-Viver***

O termo *bem-viver* é um neologismo ainda ausente dos dicionários, diferentemente do termo *bem-estar* que neles aparece. E do mesmo modo que *estar bem* não é o mesmo que *bem-estar*, o *viver bem* ou a *boa vida* não resume o significado de *bem-viver*.

Ele surge em 1998 para dar termo a um conceito filosófico relacionado à realização das liberdades públicas e privadas, nos marcos da filosofia da libertação. [1] Ele aparece como *horizonte de sentido para a realização integrada das liberdades públicas e privadas e para a práxis de libertação* que visa expandi-las e qualificá-las sempre mais, frente às limitações de sua realização histórica, coletiva e individual. [2] Formulado como *categoria analítica*, ele contribui para a *compreensão crítica da realização concreta das liberdades públicas e privadas e da práxis de libertação, considerando as suas condições de possibilidade*, particularmente as suas dimensões ética, econômica, política e cultural. [3] Compreendido semioticamente, o bem-viver é um *índice de realidade concreta, afirmado ou negado na vida de cada uma e de todas as pessoas em níveis diversos*. Tal afirmação ou negação está associada [1] ao modo como as pessoas e sociedades se relacionam entre si; [2] ao grau de acesso que elas têm em relação aos meios necessários para a realização das liberdades privadas e públicas; [3] à forma como esses meios são empregados pelas pessoas e sociedades em relação a tal propósito. Desse modo, a reflexão sobre a realização ou negação do bem-viver, singularmente diverso a cada pessoa e particularmente diverso a cada cultura, permite criticar [1] as relações de opressão e injustiça que impedem a realização das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas – [1a] seja em situações cotidianas, quando qualquer uma das condições necessárias ao bem-viver da pessoa é negada ou prejudicada no seu dia-a-dia; [1b] seja do ponto de vista das formações sociais e históricas constituídas ou que venham a se realizar, como no caso do capitalismo globalizado que concentra a riqueza produzida e exclui grandes parcelas da humanidade de elementos básicos ao bem-viver. Mas permite, especialmente, criticar [2] a própria práxis de libertação, evitando que seus desfechos introduzam novas formas de dominação ou opressão.

O bem-viver, portanto, além de ser horizonte de sentido da consistência humana e categoria teórica para análise da realização das liberdades, é semioticamente um índice de realidade. Isto é, trata-se de um *signo que faz parte de seu próprio objeto*, que é a situação concreta de realização das liberdades pessoais e públicas. E que, em sua condição de índice, independe do acordo comunicativo que se faça a seu respeito. Assim, do ponto de vista da *condição ética do bem-viver*, por exemplo, o *índice* do bem-viver não se resume em reconhecer a alteridade de outra pessoa ou cultura como digna de realizar-se em sua humanidade, mas

trata-se de [1] *desejar a sua liberdade eticamente exercida*, isto é, desejar a realização de sua liberdade que igualmente promova a liberdade eticamente exercida dos demais e [2] *colaborar solidariamente para a sua realização*, agindo concretamente em favor de que a outra pessoa [2a] possa ter acesso aos meios econômicos, políticos, educativos, informativos e outros requeridos à realização ética do seu bem-viver e [2b] possa valer-se de tais meios para sua própria libertação – o que somente pode ocorrer de maneira solidária, porque os seres humanos não se libertam sozinhos, dado que a cultura, que medeia a práxis de cada qual, resulta de fluxos semióticos de uma grande teia social. É, portanto, analisando o bem-viver a partir dos *indicadores* de sua realização concreta, que podemos avaliar a coerência ética da *práxis* de libertação em relação aos meios que emprega e aos resultados que faz emergir.

Sob esta perspectiva de coerência ética da *práxis* de libertação, as redes colaborativas de economia solidária – visando as condições econômicas do exercício da liberdade – foram concebidas como alternativa coletiva capaz de promover o bem-viver das pessoas e comunidades em laços de sustentabilidade econômica, ecológica e solidária. A difusão internacional dessa estratégia de economia solidária, com a tradução de artigos, livros e resoluções de encontros, propagou o conceito de *bem-viver* na última década, posto que ele é categoria central na definição de colaboração solidária, elemento basilar à organização de redes colaborativas solidárias.

No final do século passado, a tradução de *bem-viver* a alguns idiomas causava certo estranhamento pela adoção de expressões incomuns à época, tais como *bien-vivir* e *buen-vivir* em espanhol (MANCE, 1999c) e *bene-vivere* em italiano (MANCE, 2003a). Em francês usou-se *bien-vivre* (MANCE, 2003c), expressão já difusa nesse idioma. Em alemão e inglês adotaram-se expressões como *guten Leben* (MANCE, 2000a) e *well-being* (MANCE, 2003b) que talvez não sejam as mais adequadas. Em outras publicações e teses de doutorado em italiano, alemão e inglês que fazem referência a essa categoria preferiu-se manter o vocábulo grafado como em português (WEINPOLTER, 2009, p. 63). Cabe recordar que a expressão latina *bene vivere* foi imortalizada por Sêneca que, ao tratar do suicídio, afirmou “*non enim vivere bonum est, sed bene vivere*” - “bom não é viver, mas viver bem” - (SÊNECA, *Epistulae Morales* 70, 4) e por Galeno com sua distinção entre *vivere* e *bene vivere*. Em francês a expressão *bien-vivre* foi utilizada em parte da literatura filosófica como

tradução da expressão aristotélica *eu zen*, normalmente traduzida ao português como *boa vida*.

Mais recentemente, em espanhol, encontro-se no vocábulo *buen vivir* uma expressão para os conceitos de *sumaj kamaña* em quechua, *sumak kawsay* em quichua e *allin kausaw* em aymara.<sup>1</sup> Na constituição do Equador, promulgada em 2008, o termo *buen vivir*, como tradução de *sumak kawsay*, aparece 23 vezes, referido inicialmente a uma “forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza” e desdobrado posteriormente nos *direitos do bem-viver* e no *regime do bem-viver*. Por sua vez, *sumaj kamaña*, traduzido como *vivir bien*, foi incorporado na constituição boliviana, em seu artigo 8º, como um dos princípios ético-morais da sociedade plural que cabe ao Estado assumir e promover.

Assim, a expressão *bem-viver* veio ganhando grande difusão entre os movimentos sociais e políticos latino-americanos, inicialmente a partir do debate sobre os conceitos de economia solidária e de redes colaborativas solidárias; posteriormente, a partir das mobilizações populares relacionadas às constituintes boliviana e equatoriana; e, por fim, com a sua popularização internacional através de discursos dos presidentes Evo Morales, da Bolívia, e Rafael Correa, do Equador. Em 2010, o *bem-viver* foi considerado como elemento constitutivo de uma nova agenda internacional pela organização do Fórum Social Mundial de Porto Alegre.

Com a difusão do termo, entretanto, o seu conteúdo veio sofrendo adaptações a propósitos diversos, em diferentes contextos, correndo-se o risco de seu esvaziamento como categoria analítica e estratégica relacionada à práxis de libertação. Como veremos a seguir, argumentamos que não se deve limitar a compreensão do bem-viver a um referencial utópico, transcendental ou metafísico de integração harmônica dos seres humanos entre si e com a natureza e, menos ainda, com a noção de aristotélica de *boa vida* ou com a contemporânea noção de *bem-estar*

---

1 Antes da difusão do conceito de *buen-vivir*, a expressão utilizada para tradução de *sumak kawsay* era *buena salud*, como se pode ver no site dedicado à cosmovisão andina mantido pelo Centro Cultural Andino Tupac Amaru, onde o dicionário quechua apresenta a tradução do substantivo *kawsay* como *vida e cultura* e do verbo *kawsay* como *viver e habitar* e a tradução da expressão *sumaq kawsay* como *buena salud*. Disponível em: <<http://www.cosmovisionandina.org/runasimi/runasimi.php>>. Acesso em: 2 de outubro de 2011.

material e espiritual, associado a uma vida saudável e feliz. Pois isso seria um retrocesso em relação ao seu emprego analítico, deixando-se de compreender o *bem-viver* como índice de realidade efetiva, em alguma medida afirmado ou negado concretamente, como elemento externo ao discurso sobre a ética, a política, a economia ou a cultura – única possibilidade, em nossa visão, para criticar-se satisfatoriamente os acordos estabelecidos no seio das comunidades de comunicação existentes a respeito do que seja aceitável como realização da liberdade.

### **A noção aristotélica de *boa vida***

A noção aristotélica de boa vida (*eu zen*) e o modo como Aristóteles relaciona a economia e a política na sua realização influenciaram a cultura e o pensamento político ocidentais. Tal influência é perceptível no trato de temas como a relação entre sociedade civil e Estado ou liberdade e bem comum, em que ecoam elementos de sua *Política*.

Aristóteles distingue e relaciona entre si a *vida* e a *boa vida*. Para ele, a satisfação das necessidades intrínsecas à *vida* realiza-se na esfera da casa (*oikos*), contando-se para isso com o trabalho do escravo. Ao passo que o asseguramento da *boa-vida* somente se alcança na esfera da cidade (*pólis*), isto é, da comunidade política, como resultado da atuação de homens livres. Desse modo, a esfera política *depende* da esfera econômica, pois a realização da boa vida na cidade supõe a sustentação da vida na casa. Mas por outra parte, a esfera política, com a autarquia da cidade, igualmente *determina* a esfera econômica visando assegurar a *boa vida* dos cidadãos. Assim, a boa vida do cidadão, que por natureza é um homem livre, supõe o trabalho econômico do escravo submetido ao *despotismo* do seu senhor na esfera da casa.

A família – considerada por Aristóteles como a principal forma de sociedade natural – é completamente organizada quando se compõe de escravos e de pessoas livres. Ela integra “o senhor e o escravo, o marido e a mulher, o pai e os filhos” (ARISTÓTELES, 1991, p. 19). No espaço da casa, cabe ao homem livre, na condição de senhor, marido e pai, exercer poderes diversos, que são: “despotismo, o poder do senhor sobre o escravo; marital, o do marido sobre a mulher; paternal, o do pai sobre os filhos” (ARISTÓTELES, 1991, p. 19).

Considerando o *poder despótico* na família, destaca Aristóteles que o senhor é proprietário de seu escravo e que dele se vale como de qualquer animal: “o uso dos escravos e dos animais é mais ou menos o mesmo e tiram-se deles os mesmos serviços para as necessidades da vida” (1991, p. 22). O trabalho do escravo atende pois às necessidades da *vida* da família toda, inclusive as do próprio escravo como membro dela. E como o asseguramento da vida econômica é condição para a realização da boa vida do senhor no exercício político de sua liberdade, o vínculo que se estabelece entre o senhor e o escravo é quase essencial, pois para Aristóteles, o escravo “não somente é destinado ao uso do senhor, como também dele é parte” (ARISTÓTELES, 1991, p. 21). Esclarece que “o escravo faz, por assim dizer, parte de seu senhor: embora separado na existência, é como um membro anexado a seu corpo. Ambos têm o mesmo interesse e nada impede que estejam ligados pelo sentimento da amizade, quando foi a conveniência natural que os reuniu” (ARISTÓTELES, 1991, p. 24). Pois, conforme Aristóteles, é um desígnio da natureza “que comande quem pode, por sua inteligência, tudo prover e, pelo contrário, que obedeça quem não possa contribuir para a prosperidade comum a não ser pelo trabalho de seu corpo. Esta partilha – segundo ele – é salutar para o senhor e para o escravo” (1991, p. 16).

Conforme Aristóteles, diferentemente do poder despótico exercido pelo senhor sobre os escravos, o *governo político* “existe para as pessoas que a natureza honrou com a liberdade” (1991, p. 25). Assim, o governo civil “pertence a todos os que são livres e iguais” (ARISTÓTELES, 1991, p. 25). Por isso mesmo, escravos e estrangeiros, não sendo respectivamente livres ou iguais, não são cidadãos, ainda que vivam juntos com os homens livres no território da cidade. Esclarece Aristóteles que “ não é apenas para *viver juntos*, mas sim para *bem viver juntos* que se fez o Estado” (1991, p. 45). E que, portanto, os escravos e os outros animais “não participam de forma alguma da felicidade pública, nem vivem conforme suas próprias vontades” (ARISTÓTELES, 1991, p. 45). Não participam pois da *boa vida* da *polis*, nem da felicidade pública por ela mediada.

Em síntese,

[...] a Cidade é uma sociedade estabelecida, com casas e famílias, para viver bem, isto é, para se levar uma vida perfeita e que se baste a si mesma. [...] O fim da sociedade civil é, portanto, viver bem; todas as suas instituições não são senão meios para isso, e a própria Cidade é apenas uma grande comunidade de famílias e



de aldeias em que a vida encontra todos estes meios de perfeição e de suficiência. É isto o que chamamos uma vida feliz e honesta. A sociedade civil é, pois, menos uma sociedade de vida comum do que uma sociedade de honra e de virtude (ARISTÓTELES, 1991, p. 47).

Mas cumpre destacar que embora todos devam desenvolver suas virtudes, estas possuem caracteres diferentes conforme a natureza de cada qual. E, no que se refere à sua gradação, “todos devem possuí-las, mas somente tanto quanto convém a seu estado” (ARISTÓTELES, 1991, p. 36).

Desse modo, “a temperança, a força, a justiça não devem ser [...] as mesmas num homem e numa mulher. A força de um homem consiste em se impor; a de uma mulher, em vencer a dificuldade de obedecer” (ARISTÓTELES, 1991, p. 36). No caso do escravo, “é em bem fazer o seu serviço que consiste a sua virtude; [...] não faltar aos seus deveres nem por má conduta, nem por covardia” (1991, p. 36). O desenvolvimento das virtudes, pois, leva à consolidar a ordem estabelecida, que assegura a *vida* de todos e a *boa vida* dos homens livres, dos cidadãos.

Vemos, portanto, que o conceito aristotélico de *boa vida* é, eticamente, inaceitável. Sua realização implica na própria negação do *bem-viver*, como o concebemos. Pois ao invés de promover as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas de todos – de modo a assegurar-se a todos, nas melhores condições possíveis, o acesso e o emprego dos meios econômicos, políticos e culturais para a realização dessas liberdades – funda-se, pelo contrário, no exercício despótico do poder na esfera econômica, na negação do direito à participação política de seres humanos que são considerados como seres inferiores por natureza, impedidos de participar da felicidade pública e de viver conforme suas próprias vontades, que devem ser negadas em nome da *virtude* que orienta as condutas, ao final, para reproduzir a mesma relação de dominação que assegura a *cidadania* dos homens livres.

## Implicações modernas e contemporâneas

Na tradição política democrática que se desdobra desde essa perspectiva, a esfera econômica, em geral, é vista como a esfera da vida privada, espaço da realização dos interesses individuais de cada qual a partir de

sua livre iniciativa, ao passo que a esfera política é vista como a esfera pública, espaço do asseguramento do bem comum, que estabelece regras coletivas eticamente justificadas, impondo-se direitos e deveres para a ação de todos em ambas as esferas. Assim, com a superação do trabalho escravo e servil pelo trabalho assalariado, são estabelecidos novos regramentos políticos para legitimar a exploração do trabalho alheio. Neste novo quadro legal, um ser humano não pode ser proprietário de outro ser humano, mas pode contratar-lhe o trabalho nos termos da lei. Com isso, na esfera econômica, legitima-se a subalternidade do trabalho em relação ao capital que o contrata – posto que sob a lógica do mercado, aí suposta, o trabalho a ser contratado é mais abundante que os postos de trabalho oferecidos pelo capital a contratar-lhe. Uma vez celebrado o contrato, cabe ao empregado obedecer às determinações do empregador nos limites impostos pela lei e descritos no contrato firmado por ambos. Premido pela satisfação de suas necessidades, o trabalhador, ao assinar o contrato, renuncia assim à liberdade de pôr ou dispor plenamente de si mesmo – posto que o tempo de sua vida e seu trabalho são intrínsecos a si próprio –, para submeter-se a quem o *emprega*, a quem o *usa* cotidianamente como capital humano, como fator de produção, em certa parte do dia, nos termos do contrato firmado. Paradoxalmente, o contrato assinado nos marcos dessa democracia não os coloca, no âmbito da empresa, na condição de homens iguais e livres para decidir democraticamente o que farão em conjunto, em igualdade de condições. Mas abole o exercício democrático do poder nas dependências ou no âmbito da empresa quanto à realização do objeto do contrato, posto que o detentor do capital – respeitada a lei – pode pôr e dispor da mão-de-obra contratada como considerar melhor para o melhor resultado de sua iniciativa privada, pode demitir e recontratar o trabalhador conforme suas necessidades empresariais para a geração de lucro. E toda a ideologia aristotélica das *virtudes de comandar e de obedecer*, peculiares ao despotismo do senhor sobre o escravo, será reelaborada aqui nos marcos da gestão dos recursos humanos na empresa capitalista – e quem não desenvolve a virtude de obedecer, vencendo sua própria resistência em submeter-se ao poder alheio que emana do capital que lhe contrata, será demitido, colocando em risco a satisfação das necessidades de sua vida e da vida de sua própria família. Igualmente reelabora-se a ideologia sobre o *interesse comum de quem manda e de quem obedece* para

a manutenção do *bem estar* de todos, pois com o sucesso da iniciativa garante-se os lucros da empresa e a preservação de postos de trabalho, a acumulação de valor pelos proprietários e acionistas e a remuneração dos empregados, não obstante se ampliem as desigualdades econômicas e a concentração do capital.

A noção de *bem-estar* – como satisfação das necessidades naturais e espirituais dos indivíduos, como situação agradável do corpo ou do espírito, como conforto ou qualidade de vida – foi compreendida [1] tanto na perspectiva do *Livre Mercado*, defendendo-se o papel da livre iniciativa privada na oferta de bens e serviços para a sua realização individual, [2] quanto na perspectiva do *Estado de Bem Estar Social*, defendendo-se o papel do Estado para a sua realização pública, garantindo-se, neste caso, padrões mínimos de renda, educação, saúde, habitação e seguridade social ao conjunto da população. O Estado de *Bem Estar Social* surgiu como resultado de lutas sociais por novos direitos na satisfação de necessidades vitais de comunidades, grupos e classes sociais, mas igualmente como resposta capitalista ao avanço do socialismo estatal no século XX. Em ambas as perspectivas, inicialmente citadas, o *discurso ético e o sistema político*, que enfatizam o papel do Mercado ou do Estado para a realização do *bem estar* das pessoas e sociedades, justificam e preservam a subalternidade do *trabalho* em relação ao *capital*, protegendo a reprodução do sistema econômico frente às ações que extrapolem o marco da legalidade em seu enfrentamento. Neste contexto, cabe ao *cidadão*, independentemente da sua condição social, [1] assumir virtuosamente suas responsabilidades éticas para com o bem público e [2] subordinar sua atuação privada na sociedade civil à preservação da ordem legalmente estabelecida. Por sua vez, cabe ao *Estado*, nutrido com o valor produzido na esfera econômica pelo trabalho e que é arrecadado através da cobrança de impostos: [1] assegurar, com o uso do aparato público, os direitos previstos em lei quanto ao exercício das liberdades públicas e privadas; [2] oferecer aos cidadãos serviços públicos essenciais sem, com isso, prejudicar o conjunto das empresas privadas na reprodução ampliada do capital; [3] apoiar ou facilitar a atuação dessas empresas, visando promover o desenvolvimento econômico, a criação de postos de trabalho e a geração de renda.

Em linhas político-filosóficas afins, reafirma-se que a *boa vida* somente se alcança com a determinação ética da vida de cada qual em

favor da realização do bem comum; e que o Estado medeia a realização da ideia de liberdade, como esfera do acordo possível entre todos, condicionando *particularidades da esfera econômica da sociedade à realização universal do bem comum na sua esfera política*. Todavia, se na Grécia antiga cabia ao escravo as tarefas econômicas que asseguravam a boa vida da *polis*, modernamente reproduz-se a subalternidade do trabalho frente ao capital como condição de sustentação do viver de todos. E o princípio democrático de participação de todos na definição dos destinos comuns, é restringido na esfera econômica de modo a dificultar ou impedir o controle do trabalho sobre o capital. Em outras palavras, nas sociedades capitalistas tem maiores poderes, na esfera econômica, quem detém maiores quantidades de capital – assim, manda quem tem mais “dinheiro”. Na empresa capitalista e, por extensão, na globalização econômica atual reina a *plutocracia*, isto é, governam os “ricos”, os que detém o poder econômico. O capital circula pelo mundo como instrumento do interesse de grupos econômicos que, enfrentando resistências populares em proporções diversas, fomentam mudanças políticas e legais nos diversos países, para que possam melhor executar suas operações privadas e realizar os seus lucros. Assim, a *boa vida* dos que detém o capital contrasta globalmente com a realidade concreta de mais de um bilhão de pessoas que vivem em situação famélica no mundo, desassistidas das garantias mínimas de seu *bem-viver*, negadas na realização de suas liberdades mais elementares, como a de poder alimentar-se com dignidade, por exemplo.

## **O bem-viver e a colaboração solidária na práxis de libertação**

O principal problema dessa tradição, que perdura desde a Grécia antiga, é a invenção das *esferas* econômica e política – formuladas e reelaboradas conceitualmente em abordagens metafísicas, idealistas, materialistas, dialéticas, estruturalistas ou sistêmicas – esferas que se condicionam ou se determinam mutuamente. Nessa tradição, o deslinde gnosiológico de aspectos da realidade leva a conceber esferas com identidades peculiares, como se elas existissem de fato, como entes de realidade. Em alguns casos elas são parcialmente confrontadas, como na

defesa do livre mercado no liberalismo; em outros são inter-seccionadas, como na defesa do *welfare state* na social-democracia; e em outros tentou-se fundi-las, com a estatização da economia em vertentes do comunismo – buscando-se, neste caso, superar a contradição entre ambas as esferas e, com isso, promover a efetivação da universalidade da *boa vida* para todos.

A invenção dessas *esferas*, que como instrumentos de pensamento tem serventia para fins analíticos nos quadros de muitas matrizes de pensamento além das já referidas anteriormente, induz, por outra parte, *quando elas são ontologizadas*, a compreender-se equivocadamente os aspectos econômicos e políticos da própria realidade concreta. Sob a lógica de redes colaborativas solidárias não há esferas ontologicamente separadas, mas fluxos econômicos e políticos que atravessam todas as dimensões das redes humanas, estejam eles relacionados às necessidades materiais e simbólicas do bem-viver, ao exercício de poderes, à educação, informação, etc. Sob esta lógica, o exercício colaborativo do poder em proveito da libertação de todos, que se manifesta, por exemplo, como democracia política, está igualmente presente nas atividades econômicas – particularmente pela efetividade da autogestão dos empreendimentos pelos trabalhadores – tanto quanto nas ações de interculturalidade dialógica. O exercício livre, colaborativo e eticamente determinado do poder não é peculiar a uma imaginária esfera política separada da esfera econômica no mundo da vida e que a condiciona em alguma medida, mas deve estar presente igualmente em todas as atividades econômicas e culturais. Ele é, pois, um dos indicadores do *bem-viver* das pessoas e das sociedades.

Além de ser uma alternativa ao conceito de *bem-estar*, o conceito de *bem-viver* busca a superação de duas vertentes no debate da ética, que toam a *prática do bem* e a *proteção da vida* como referências para a conduta pessoal e coletiva e que, invariavelmente, acabam em dificuldades quanto à formalidade, transcendentalidade e universalidade do *bem* e à materialidade, contingencialidade e singularidade da *vida*. O conceito de *bem-viver*, partindo da premissa segundo a qual fluxos semióticos e materiais permeiam nossa subjetividade/corporeidade e nos integram aos ecossistemas e teias sociais, afirma a unidade material e semiótica tanto do próprio *viver* quanto da consistência intersubjetiva na realização dialógica e intercultural do *bem-viver* de cada pessoa e de toda a hu-

manidade. Assim, com essa compreensão da consistência humana em constante devir, encontramos no bem-viver – como índice de realidade – um ponto de apoio externo aos acordos simbólicos das comunidades de comunicação historicamente realizadas, servindo o bem-viver como elemento de crítica ao exercício das liberdades públicas e privadas em qualquer ação humana. A solução encontrada reside em verificar, com base em signos indiciais – em indicadores de realidade objetiva –, em que medida as condições de realização da liberdade são expandidas ou restringidas pela *práxis* realizada e, com isso, avaliar em que medida tal *práxis* é ética ou não, em razão do quanto contribui para a expansão ou para a negação das liberdades públicas e privadas. A partir dessa avaliação cabe avançar dialógica e praticamente na transformação dos condicionantes do exercício das liberdades em proveito da cotidiana e contínua libertação de todos.

Neste horizonte, o bem-viver de cada pessoa e de toda a humanidade confere sentido à *práxis* de libertação e permite analisar em que medida as relações econômicas, políticas e culturais são opressivas ou vividas de modo ético e igualmente orientar o exercício das liberdades públicas e privadas nas ações de colaboração solidária, considerando-se as mediações materiais, políticas, educativas e informacionais, entre outras, do exercício dessas liberdades. Do mesmo modo que estamos integrados nos fluxos dos ecossistemas, sem os quais não poderíamos existir, estamos integrados nos fluxos sociais, pois não podemos pensar, nos educar ou libertar sem os outros, sem os fluxos antropossemióticos que permeiam nossas subjetividades. Tais fluxos materiais e sociais dos quais participamos imprimindo neles também a nossa marca condicionam os processos de subjetivação e socialização humanas, que são duas faces da mesma realidade reticular da consistência humana. O critério para a crítica de toda antropossemiose sobre o *bem* ou a *vida*, no seio do diálogo intercultural nas comunidades de comunicação existentes, é o quanto essa antropossemiose contribui para ampliar a libertação de cada pessoa e de toda a humanidade. E o sentido da libertação reside em aprofundar-se o *bem-viver* de cada pessoa em suas diversas dimensões. E como o bem-viver supõe condições econômicas, políticas e culturais que devem ser eticamente asseguradas a cada pessoa, a partir dele podemos criticar as diversas formações sócio-históricas, como a atual globalização capitalista, e as relações cotidianamente vividas no seio das

diversas culturas, considerando-se como as condições do exercício da liberdade são tratadas para o bem-viver de todos.

Por isso em *Questões éticas no mundo globalizado* afirmávamos que

[...] se considerarmos que o objetivo maior da ética é orientar a conduta humana tendo em vista ampliar as liberdades públicas e privadas a fim de promover o bem viver, podemos afirmar que as forças econômicas que animam a globalização estão muito distantes de uma conduta ética.[...] Por somente considerar eticamente defensável a conduta que promova as liberdades públicas e privadas eticamente orientadas, os atores sociais que defendem a democracia substantiva reafirmam a necessidade de que as mediações materiais, políticas, educativas e informacionais sejam compartilhadas socialmente, a fim de que cada ser humano possa desenvolver suas valiosas qualidades, realizando-se a si mesmo como pessoa e contribuindo para a expansão das liberdades públicas e privadas. Isto requer, sob uma perspectiva histórica, a efetivação de um outro modelo de sociedade, em que a economia seja determinada a partir da política, subordinando assim as transações no mercado ao bem viver, eticamente orientado, de toda a humanidade (MANCE, 1998a, p. 1).

A efetivação de outro modelo de sociedade exige a crítica da realidade de opressão e dominação vigentes e igualmente a construção teórico-prática de alternativas de libertação. Com essa perspectiva, o conceito de *bem-viver*, em *A Revolução das Redes* (MANCE, 1999a), torna-se elemento central na compreensão da *libertação* e da *colaboração solidária*, inerentes a uma concepção estratégica de revolução não-violenta que integra as dimensões econômica, política e cultural em laços reticulares para a ética expansão das liberdades públicas e privadas:

O exercício concreto da liberdade democrática supõe, necessariamente, mediações materiais, políticas, informativo-educacionais e éticas, que devem ser garantidas ao conjunto das pessoas com vistas ao melhor desenvolvimento de suas qualidades humanas. Considerando-se este pressuposto, a práxis econômica da colaboração solidária é concebida como mediação para a ampliação do exercício da liberdade dos que participem das redes, do mesmo modo que a práxis política e cultural, pois a finalidade da vida humana não é a política ou a economia, em particular, mas a ética realização do livre bem viver pessoal e coletivo, que supõe a garantia das mencionadas mediações. [...] O *bem viver* [...] é o exercício humano de dispor das mediações materiais,

políticas, educativas e informacionais não apenas para satisfazer eticamente necessidades biológicas e culturais de cada um, mas para garantir, eticamente, a realização de tudo o que possa ser concebido e desejado pela liberdade pessoal que não negue a liberdade pública. O bem viver solidário implica em respeitar o desejo pessoal e promover a sua realização na igual medida em que se respeita o desejo público e se promove a sua realização (MANCE, 1999a, p. 15-17).

Pois, “o bem viver de todos prospera quando prospera o bem viver de cada pessoa, desejando e promovendo a liberdade dos demais” (MANCE, 2002, p. 72).

## Colaboração solidária e bem-viver

A realização do *bem-viver* em uma rede ou comunidade implica, portanto, na *colaboração solidária* entre os seus membros.

A palavra *colaboração* deriva do verbo latino *collaborare*, que significa trabalhar juntos. A palavra *solidário*, por sua vez, deriva de *solidu*, significando algo forte, que dificilmente se deixa destruir por uma força externa.[...] Colaboração solidária significa pois um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem viver de todos e de cada um em particular (MANCE, 1999a, p. 17).

A colaboração solidária é

[...] uma atitude ética que orienta a nossa vida e uma posição política frente à sociedade em que estamos inseridos. Eticamente trata-se de promover o bem viver de cada um em particular e de todos em conjunto, e politicamente de promover transformações na sociedade com esse mesmo fim (MANCE, 1999a, p. 19).

Assim, tanto o consumo quanto o trabalho solidários visam ao bem-viver de todos e possuem uma dimensão ética e política, intrínseca à solidariedade, sendo praticados em favor da expansão das liberdades eticamente exercidas.



O *bem viver* de cada pessoa está relacionado à sua singularidade e condicionado por: [1] *necessidades naturais*, inscritas em sua condição orgânica, biológica, tais como ar, água e alimentos; [2] *necessidades culturais*, engendradas pelo modo de viver em uma dada sociedade em uma determinada época, tais como a necessidade de aparelhos eletrônicos de comunicação nas sociedades urbanas atuais; [3] *desejos*, singularizantes ou alienantes, que se concluem na fruição de elementos naturais ou culturais ou no desfrute de situações diversas, gerando o gozo; [4] *desejos alterativos*, que levam as pessoas a uma aproximação, abertura e acolhimento de outros seres humanos, desejados como alteridade em sua liberdade eticamente exercida. Assim, tanto o viver quanto o bem-viver se realizam num duplo movimento de dependência e de autonomia em relação às outras pessoas e aos ecossistemas. De fato,

[...] viver é sempre depender dos elementos do mundo que satisfaçam nossas necessidades. E cada vez que as satisfazemos, delas nos libertamos momentaneamente em um laço contínuo de dependência e autonomia.[...] No processo de consumo, matérias e energias externas passam a integrar nossa corporeidade e produtos que são a objetivação de outras subjetividades, de outras vidas, são apropriados em nossa própria vida, mediando nossa subjetivação. Neste nutrir-se do outro, reconhecido como outro, realiza-se o gozo.[...] A vida de cada pessoa, portanto, depende de elementos que lhe são externos e o gozo, como satisfação e alegria, é o momento de reafirmação de nossa liberdade, independência e esperança, de nossa vida, nutrida em suas carências e aberta a novas realizações pela força mesma desse laço de realimentação que nos integra ao cosmos, à natureza, à cultura em meio às complexas relações humanas, em fluxos de matérias e de signos, em constante devir (MANÇE, 2002, p. 152).

O gozo, portanto, revela

[...] a condição particular de cada pessoa, como ser único e separado[...] e ao mesmo tempo dependente da alteridade, enquanto pessoas, matérias e semioses sem as quais não pode viver e muito menos *viver bem*. Este sentido da consciência da dependência alterativa e do gozo que nos torna independentes, em um ciclo do devir, confere um primeiro sentido ao trabalho – que, ao produzir o que nos falta, torna-nos cada vez mais independentes e refina nossas necessidades e desejos – e está na base mesma da nossa

constituição como sujeitos. Quando temos as garantias para a realização de nossa liberdade, nossas necessidades deixam de ser motivos de sofrimento, para se tornarem possibilidades do gozar a vida, do bem viver e da felicidade (MANCE, 2002, p. 153).

Mas no que se refere ao desejo alterativo - que “nos move em direção às outras pessoas em uma relação de mútuo respeito, de escuta, atenção, acolhimento, ternura, bondade, amor, desejando que a outra pessoa seja livre, seja ela mesma em sua singularidade, em sua distinção” (MANCE, 2002, p. 154) - não há gozo que possa satisfazê-lo, pois tal desejo alterativo vivido na proximidade sempre mais se aprofunda quanto mais a proximidade com o outro se realiza. Nesta proximidade se encontram a economia e a política, posto que

[...] desde a proximidade, todos os produtos já não são mais mercadorias[...] mas tornam-se uma especial mediação, não apenas do gozo *na morada*, mas da *festa da proximidade*.[...] O pluralismo, necessário à democracia e à festa, supõe a alteridade das pessoas em suas singularidades que não podem ser concebidas em relação a um padrão qualquer, mas que se relacionam a partir de suas subjetivações na promoção das liberdades (MANCE, 2002, p. 155).

## O consumo e o trabalho solidários

De fato, o *consumo* é elemento central à realização do bem-viver e da própria vida em seu fluxo material mais elementar. Sob o horizonte da colaboração solidária, podemos distinguir o *consumo para o bem-viver* e o *consumo solidário* que ocorre quando se consome para promover simultaneamente o bem-viver pessoal e o bem-viver coletivo. Com efeito,

[...] praticar o *consumo como mediação do bem viver* requer o refinamento das sensibilidades e sentidos humanos, bem como o desenvolvimento de critérios avaliativos a partir dos quais selecionam-se os objetos, dentro das possibilidades de consumo que cada um tenha, que venham a contribuir, da melhor maneira, com a singularização de cada pessoa, com o bem estar social e com a preservação dos ecossistemas (MANCE, 1999a, p. 28).

Em *O capitalismo atual e a produção de subjetividade* afirmávamos que

[...] o bem viver é sempre, de algum modo, um *compartilhar*. [...] Assim, o consumo em razão do bem viver, especialmente quando estamos em meio a uma sociedade de excluídos, pode converter-se em um *consumo solidário*, que tem por finalidade contribuir socialmente para a superação dos consumos compulsório e alienante (MANCE, 1998b, p. 1).

Em síntese,

[...] o *consumo solidário* ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem viver pessoal, mas igualmente o bem viver coletivo. Esse tipo de conduta somente se torna possível quando as pessoas compreendem que a produção encontra a sua finalidade – ou o seu acabamento – no consumo e que ele tem impacto sobre todo o ecossistema e sobre a sociedade em geral. Em outras palavras, o consumo é a última etapa de um processo produtivo e as escolhas de consumo – feitas pelos indivíduos em particular e pela sociedade como um todo – podem influenciar [...] na geração ou manutenção de postos produtivos em uma dada sociedade, na preservação de ecossistemas, na reciclagem de materiais, no combate à poluição, na promoção do bem estar coletivo da população de sua comunidade, de seu país e do planeta (MANCE, 1999a, p. 29).

Por essa razão, “na medida em que o consumo solidário se expanda, ele [...] poderá ser mediação de uma nova forma de economia em que seja abolida a exploração dos trabalhadores”. (MANCE, 1998b, p. 1). Isso é possível pois a prática do consumo solidário – que se realiza pelo consumo de produtos e serviços gerados nos circuitos econômicos solidários nos quais, pela prática da autogestão, é superada a subalternidade do trabalho em relação ao capital – contribui, economicamente, para expandir de maneira sustentável a produção solidária das condições materiais de realização das liberdades públicas e privadas. O valor econômico dispendido nesse consumo, sendo reinvestido solidariamente pelas empresas que o recebem, possibilita remontar as cadeias produtivas de maneira economicamente, socialmente e ecologicamente sustentável em prol do bem-viver de todos.

Cabe, portanto, compreender o consumo [1] como momento de realização de fluxos materiais e semióticos que integram nossa subjetividade

à subjetividade de outras pessoas, coletividades e culturas que, pelo trabalho, se exteriorizam nos produtos, serviços que consumimos; [2] como momento de realimentação, produção e reprodução natural e social de nossa vida, condição básica de nossa subjetivação como pessoa; [3] como ato ético e político pelo qual podemos colaborar na transformação das sociedades em prol do bem viver de todos. Com efeito, exercendo eticamente nossa liberdade, podemos interferir solidariamente nesses fluxos materiais e semióticos de consumo com vistas a construir novos mundos possíveis, em que a consistência humana de cada pessoa possa se realizar sustentavelmente em níveis mais elevados de bem-viver. Cabe destacar que os

[...] fluxos materiais e semióticos nos perpassam e estratificam, circulando em cada outro com quem estamos integrados nesta grande rede da vida. Exercer nossa liberdade para fazer com que esses fluxos promovam o bem viver de todos significa também consumir aquilo que é produzido humanamente, sem exploração ou degradação ambiental, para que o bem viver se propague entre todas as pessoas e os ecossistemas sejam mantidos sustentavelmente. Consumir nesta solidariedade significa reconhecer aquele que produz em sua dignidade humana, afirmar que desejo a sua liberdade e que compartilho sua vida, que pelo meu ato de consumo revive em mim, confirmando-o em meu desejo, em minha lucidez, em minha utopia e em meu amor. É reconhecer que na materialidade de meu corpo incorporo, pelo consumo de sua subjetividade objetivada [no fruto de seu trabalho], seu anseio por justiça e a satisfação de seu bem viver (MANCE, 2002, p. 84).

Nesta mesma perspectiva de consistência e de sustentabilidade solidárias integram-se os laços de auto-reforço econômico e de auto-equilibração ecológica e social:

[...] o labor e o consumo solidários voltados ao bem viver, como exercício de liberdades públicas e privadas, estão mediados por antropossemioses que, veiculando informações sobre a dinâmica da rede, possibilitam compor, tendencialmente à melhor condição, o auto-reforço da expansão econômica com a auto-equilibração social e ecológica da rede como um todo (MANCE, 2002, p. 64).

Esta sustentabilidade econômica, ecológica e solidária possibilita assegurar não apenas o gozo da vida mas o bem-viver de todos, [1] pela

produção e justa distribuição dos meios materiais que lhe sejam requeridos; [2] pela manutenção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas em favor das gerações presentes e futuras, [3] pelo desenvolvimento das relações sociais e interculturais fundadas no desejo do outro em sua liberdade. Levando-se em conta apenas os *meios materiais* que lhe são requeridos, “engana-se quem acredita que basta acumular muitas riquezas materiais para que se possa realizar o bem viver. Do mesmo modo é um equívoco imaginar que sem satisfatórias mediações materiais alguém possa praticá-lo.” (MANCE, 1999a, p. 18) Cabe, igualmente, compreender que apenas uma parte dessas mediações materiais é fruto do trabalho ou da cultura e salientar que outra parcela essencial à vida e ao bem-viver é naturalmente servida pelos ecossistemas ou engendrada em processos naturais. Com efeito,

[...] o trabalho permite satisfazer as necessidades e desejos, gerar seguranças e tranquilidades, suportar materialmente a realização do bem viver.[...] Gozar a vida, entretanto, não se reduz a usufruir dos frutos do trabalho. Pois viver é depender de infinitos fluxos e conexões em que nosso corpo e subjetividade estão integrados a outras materialidades e sentidos que escapam a qualquer ato produtivo ou intencionalidade semiótica – como o ar que respiramos, o calor do sol, a biossemiose da reprodução de nossas células. [...] Do ponto de vista subjetivo, compreender-se integrado aos ecossistemas e à sociedade, em fluxos materiais e semióticos que nos perpassam possibilitando a nossa consistência, implica em fruir desses fluxos, consumir e produzir, em função do bem viver, do gozar a vida em proximidade (MANCE, 2002, p. 158; 125).

Cabe ainda destacar que

[...] o gozo, entretanto, não é o indicador necessário do bem viver. [Pois] nas situações de sofrimento e tristeza inerentes à nossa vida[...] também podemos experimentar o bem viver, quando na proximidade das pessoas que nos acolhem somos confortados e auxiliados em nossas dificuldades e limitações[...] No cerne do bem viver reside, pois, a solidariedade (MANCE, 2002, p. 159-160).

O *consumo* solidário, que realimenta os laços de sustentabilidade anteriormente referidos, supõe o *trabalho* solidário que se realiza gerando

meios econômicos (bens e serviços) com vistas à afirmação e expansão do *bem-viver* de todas pessoas, particularmente: [1] dos que trabalham colaborativamente em todas as etapas das cadeias produtivas em que tais meios são gerados; [2] dos que irão consumir ou usufruir do que resulta desse trabalho; [3] daqueles que possam se beneficiar com os excedentes de valor econômico gerados pela atividade, tais como comunidades e redes colaborativas, particularmente para a criação de novos empreendimentos produtivos que atuem sob autogestão em laços de sustentabilidade, ampliando a diversidade e a oferta de bens e serviços solidários. Em síntese, o consumo solidário realimenta sustentavelmente a produção que, por sua vez, não tem como finalidade última acumular valor econômico, mas *gerar e distribuir meios econômicos* que atendam sustentavelmente ao bem-viver pessoal e público. Desse modo, as iniciativas laborais da economia solidária contribuem para a expansão das liberdades públicas e privadas.

## **Laços econômicos, políticos e culturais solidários**

Sob o paradigma da complexidade peculiar à vertente da filosofia da libertação que assumimos, economia, política e cultura solidárias estão integradas em laços que se retroalimentam.

Nas redes de colaboração solidária a vida é partilhada não apenas cultural e politicamente (em fluxos semióticos que medeiam exercícios democráticos de poder), mas economicamente em fluxos materiais que realimentam a reprodução social da vida de todos. De fato o viver de cada um, suas atividades de produção e consumo, realimenta as possibilidades do bem viver dos demais. Em cada ação prática nossa subjetividade se objetiva em diversos produtos ou relações, que de algum modo mediatizam a vida de outras pessoas e, neste momento, a nossa subjetividade objetivada é subjetivada por outro, convertendo-se em mediação de sua própria vida (MANCE, 2002, p. 83).

Considerando-se os laços econômicos que integram fluxos materiais e de valor, busca-se nas redes colaborativas integrar estrategicamente os processos de consumo, comercialização, produção, financiamento e desenvolvimento tecnológico em um

[...] sistema harmônico e interdependente, coletiva e democraticamente planejado e gerido, que serve ao objetivo comum de responder às necessidades da reprodução sustentável do bem viver das pessoas em todas as suas dimensões, inclusive, nos âmbitos da cultura, arte e lazer (MANCE, 2002, p. 245).

A estratégia da revolução das redes orienta-se assim pela propagação do bem-viver considerando todas as dimensões da vida, almejando

[...] o ingresso da humanidade não apenas em um novo ciclo virtuoso de crescimento econômico, mas em uma nova forma política e culturalmente solidária de organizar-se a vida dos povos e das pessoas entre si, promovendo-se o bem viver de todos e ampliando-se as liberdades públicas e privadas, garantindo-se a todas as pessoas as mediações materiais, políticas, informativas e educativas para a realização ética de sua singularidade e para a democrática sustentação do bem comum (MANCE, 1999b, p. 1).

## Considerações finais

A beleza de um conceito reside em sua capacidade de fecundar novas ideias e ser fecundado por outras tantas, gerar o novo e de transformar-se pela interculturalidade na proximidade dos encontros verdadeiramente humanos, pois, como é próprio da consistência humana, não podemos pensar sem os outros. Cabe pois recriar-se continuamente o conceito de bem-viver a partir do diálogo intercultural, mas sempre no horizonte de potencializar cada vez mais a práxis de libertação de todas as pessoas e de todos os povos, que nunca é isenta de limitações, tanto práticas quanto conceituais.

Na argumentação aqui apresentada, afirmamos o *bem-viver como* o exercício humano de compartilhar-se solidariamente das mediações econômicas, políticas, educativas e informativas para satisfazer eticamente as necessidades e desejos de cada pessoa, compondo-se da melhor maneira a realização das liberdades públicas e privadas de todos. O bem-viver, assim compreendido, implica em respeitar-se o desejo pessoal e promover a sua realização, na igual medida em que se respeita o desejo público e se promove a sua realização. Pois o bem-viver resulta

do reconhecimento e acolhimento de cada pessoa em sua singularidade e da valorização da diversidade de toda cultura que promove as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. Cabe por fim destacar que o bem viver, estrategicamente considerado, exige a relação colaborativa entre as pessoas e povos. E tanto maior será quanto mais todos colaborarem em favor da expansão das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

## Referências

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MANCE, Euclides André. *Questões éticas no mundo globalizado*. São Mateus. Minicurso da Semana Filosófica da UFES, 24 e 25 de novembro 1998a. Disponível em: <<http://solidarius.com.br/mance/biblioteca/questoes.htm>>. Acesso em 2 out. 2011.

\_\_\_\_\_. *O capitalismo atual e a produção de subjetividade*. Conferência de Abertura da V Semana de Filosofia da UFES, 24 nov. 1998b. Disponível em: <<http://solidarius.com.br/mance/biblioteca/subjetividade.htm>>. Acesso em: 2 out. 2011.

\_\_\_\_\_. A Revolução das redes. *CEPAT - Informa*, Curitiba, ano 4, n. 46, p. 10-19, dez. 1998c. Disponível em: <<http://solidarius.com.br/mance/biblioteca/rede.htm>>. Acesso em: 2 out. 2011.

\_\_\_\_\_. *A revolução das redes*. Petrópolis: Vozes, 1999a.

\_\_\_\_\_. A colaboração solidária: compreendendo, transformando e conectando o que já existe. *CEPAT Informa*, Curitiba, ano 5, n. 48, p. 10-19, mar. 1999b. Disponível em: <<http://solidarius.com.br/mance/biblioteca/colaboracao.htm>>. Acesso em: 2 out. 2011.

\_\_\_\_\_. *La colaboración solidaria como una alternativa a la globalización capitalista*. Curitiba, Instituto de Filosofia da Libertação, Agosto de 1999c. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/alternativa2.htm>>. Acesso em: 2 out. 2011.



\_\_\_\_\_. Die solidarische Zusammenarbeit als eine Alternative zur kapitalistischen Globalisierung. In: FORNET-BETANCOURT, Raúl (Org.). *Kapitalistische Globalisierung und Befreiung*. Frankfurt: IKO-Verlag, 2000a, p. 335-356.

\_\_\_\_\_. *Redes de colaboração solidária*. Petrópolis, Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *La rivoluzione delle reti. L'economia solidale per un'altra globalizzazione*, Bolonha, EMI, 2003a.

\_\_\_\_\_. *Solidarity-Based Cooperation Networks*. Curitiba, Instituto de Filosofia da Libertação, 2003b. Disponível em: <[www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/redecolaboracao-en.pdf](http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/redecolaboracao-en.pdf)>. Acesso em: 2 out. 2011.

\_\_\_\_\_. *La révolution des réseaux: la collaboration solidaire comme alternative post- capitaliste à la mondialisation*. Paris: Descartes & Cie, 2003c.

SÊNECA. *Ad Lucilium epistulae morales*. Londres: Willian Heinemann, 1925.

WEINPOLTER, Irene. *Das Potential von Aus- und Weiterbildung in der Solidarökonomie für die Lokalentwicklung in Brasilien*. Tese de Doutorado. Viena: WU Vienna University of Economics and Business, 2009. Disponível em: <<http://epub.wu.ac.at/1931/1/document.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2011.